

ATUAÇÃO DA LIGA ACADÊMICA DE SAÚDE COLETIVA NA LUTA ANTIRRACISTA DURANTE A COVID-19: UM RELATO DE EXPERIÊNCIA

PERFORMANCE OF THE ACADEMIC LEAGUE OF COLLECTIVE HEALTH IN THE ANTI-RACIST FIGHT DURING COVID-19: AN EXPERIENCE REPORT

Juliana Mamani¹ julianamamani97@gmail.com

Maria Eduarda Vilete Felix¹ mariaevfelix@gmail.com

Beatriz Ramalho dos Santos Pugliesi Portella¹ Beatrizrsantos4@gmail.com

Mauren Lopes de Carvalho² mauren.carvalho@ifrj.edu.br

1 - Estudante no curso de Bacharelado em Fisioterapia no IFRJ - Campus Realengo.

2 - Doutora em Saúde Pública. Docente carreira EBTT no IFRJ/Realengo.

RESUMO

O objetivo deste trabalho é apresentar um relato de experiência da Liga Acadêmica de Saúde Coletiva (LASC), do IFRJ *campus* Realengo, durante a pandemia de COVID-19 em 2020. Tal relato promove uma reflexão sobre o impacto do racismo na saúde. Nesse panorama, a LASC se readaptou ao cenário atípico e buscou caminhos através do ambiente virtual para manter suas atividades ativas. Em vista disso, ao final do mês de maio, com o assassinato do afro-americano George Floyd nos EUA, as discussões sobre racismo e direitos se acenderam por todo o mundo. A Liga, inquieta com todo este movimento e insatisfeita com a postura adotada pelo governo brasileiro frente à pandemia, dedicou o mês de junho à Luta Antirracista: foi realizada a sistematização dos assuntos abordados nas cinco *lives* promovidas por meio do *Instagram* da LASC, as quais tiveram como temas centrais o racismo na população negra e indígena e seus impactos nas questões relacionadas à saúde nesse período pandêmico, em paralelo com ideologias autoritárias. Trata-se de um estudo qualitativo no qual as informações trazidas pelas entrevistadas e entrevistado (sejam empíricas ou teóricas) foram confrontadas entre si com a realidade identificada na mídia e com a literatura. Foi exposto o processo histórico de instauração do racismo na sociedade brasileira e suas mazelas, que atinge majoritariamente os segmentos vulneráveis, seja pela desigualdade social e pelas formas de acesso aos serviços de saúde; o conceito de fascismo e a construção do SUS e sua relevância como agente responsável por assegurar o direito à saúde mesmo em tempos de pandemia. Sendo assim, por intermédio das *lives*, a LASC verbaliza a importância da discussão dessas questões, temas ainda ocultos na sociedade brasileira, além de contribuir na formação acadêmica dos membros da liga e proporcionar outras trocas de experiências.

PALAVRAS-CHAVE Liga Acadêmica de Saúde Coletiva; Racismo; Determinantes Sociais da Saúde; Pandemia.

ABSTRACT

This article aims to present an experience report from the Academic League of Collective Health (Liga Acadêmica de Saúde Coletiva, LASC), of the Realengo campus of IFRJ, during the COVID-19 pandemic in 2020. This report promotes a reflection about the impact of racism on health. In this context, LASC has readapted itself to this unusual setting and searched for ways through the virtual environment to maintain its ongoing activities. The murder of the afro-

american George Floyd in the USA at the end of May has sparked the debate about racism and rights all over the world. The League, concerned with this whole movement and unsatisfied with the stance taken by the Brazilian government in face of the pandemic, dedicated the month of June to the Antiracist Struggle. Soon after, the systematization of the subjects addressed in five live chats, promoted through LASC's Instagram was accomplished. The main themes were racism towards black and indigenous populations and its impact in matters related to health in this period of the pandemic, in parallel with authoritarian ideologies. This is a qualitative study in which the information brought by the interviewees (empirical or theoretical) was compared among themselves, with the reality identified in the media and with the literature. The historical process of the establishment of racism in Brazilian society, as well as its evils, which impact mostly the vulnerable segments due to social inequality and forms of access to health services, were exposed. The concept of Fascism, the development of SUS (Sistema Único de Saúde), and its relevance as an agent responsible for ensuring the right to healthcare, even in times of pandemic. Thus, through live chats, LASC verbalizes the importance of discussing these issues, still hidden in the Brazilian society, in addition to contributing to the academic background of the League's members, while also providing other exchanges of experience.

KEYWORDS: Academic League of Collective Health; Racism; Social Determinants of Health; Pandemic.

INTRODUÇÃO

A Liga Acadêmica de Saúde Coletiva (LASC) do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio de Janeiro/Campus Realengo (IFRJ/Realengo) foi fundada no ano de 2019 como uma entidade estudantil vinculada aos cursos de graduação em Farmácia, Fisioterapia e Terapia Ocupacional. Sua finalidade é desenvolver atividades de Ensino, Pesquisa e Extensão na área de Saúde Coletiva e, assim, contribuir na formação acadêmica e profissional, sob a orientação de docentes responsáveis e membros colaboradores.

Com a descoberta do novo coronavírus, o Sars-CoV-2, sua rápida transmissão pelo mundo, o crescimento alarmante de novos casos e mortes, o cenário mundial, desde então, foi atravessado por transformações e impactos. No caso da LASC, a Liga precisou se reorganizar a fim de manter suas atividades. Diante desse contexto, foram desenvolvidos conteúdos informativos, explicativos e expositivos abordando o tema de Saúde Coletiva e a COVID-19, como também seus impactos na população durante a pandemia, os quais foram publicados nas redes sociais da Liga (LASC/IFRJ, 2020).

As transformações e impactos repercutiram em diferentes espaços das interações humanas, seja nas relações sociais, econômicas e no campo político, como também nos fatores que refletem na saúde do indivíduo e compreendem as dimensões do modelo biopsicossocial. O final do mês de maio foi marcado pelas ondas de protestos contra o racismo em todo o mundo, alavancadas após o assassinato do afro-americano George Floyd nos Estados Unidos. A Liga, alinhada à luta antirracista, dedicou-se a este tema a partir do início do mês de junho. Somada a isto, outra questão também implementada nas discussões das *lives* diz respeito sobre a posição do atual governo brasileiro frente à pandemia. Sendo assim, ações foram organizadas e o resultado final foi a produção de cinco *lives* transmitidas via *Instagram* da LASC que abordavam o racismo e suas consequências na saúde da população negra e indígena, bem como o caráter fascista do atual governo brasileiro e seus impactos na saúde.

Este trabalho torna-se importante, pois busca relatar o impacto e a persistência aos valores atribuídos à raça/etnia da população negra e indígena, as quais se apresentam enquanto condição vulnerabilizada especificamente no que diz respeito aos cuidados em saúde, sobretudo nos desfechos relacionados à COVID-19.

Segundo a Organização Mundial da Saúde (OMS, 2001, p. 7), estudos demonstram que "as desigualdades quanto a saúde e a assistência sanitária dos grupos étnicos e raciais são

óbvias e que, das explicações de tais desigualdades, o racismo é a mais preocupante". A prática do racismo institucional na área da saúde afeta principalmente os grupos vulneráveis, no qual o mesmo minimiza as possibilidades de diálogo das pessoas com os serviços e contribui de forma decisiva na saúde como um todo dessas populações (LOPES, 2005).

O objetivo geral do estudo é descrever as *lives* sobre racismo realizadas pela LASC durante o período de isolamento físico, evidenciando a problemática da desigualdade frente à COVID-19. Para isso, tornam-se necessárias duas etapas: 1) descrever as cinco *lives* realizadas pela LASC durante o período de pandemia extraindo seus conteúdos teóricos; 2) confrontar os dados apresentados na descrição das *lives* com o referencial teórico e dados da realidade, retirados de reportagens da grande mídia.

FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

Ao final do século XIX, durante a Segunda Revolução Industrial, acendiam-se profundas transformações de cunho filosófico, tecnológico, econômico e social, as quais motivaram novas ideias na forma de organização da sociedade que desaguaram em expressivos avanços, especialmente no campo da constituição dos direitos (LIMA *et al.*, 2009).

Neste mesmo cenário, no século XX, encontram-se os fundamentos de regimes autoritários, entre eles, o fascismo. No livro, "Introdução ao Fascismo" de Leandro Konder, o autor aborda o fascismo a partir de ideias de extrema direita, que procuram se fortalecer nas condições de implantação do capitalismo monopolista de Estado; um movimento político de conteúdo social conservador, que se disfarça sob uma máscara "modernizadora"; um movimento totalmente antidemocrático.

Tem-se relacionado o conceito de fascismo com a forma de governo presente hoje no Brasil, verificando-se as seguintes características essenciais: fascismo como movimentos de "massas", com incitação constante do público, participação de agentes paramilitares, nacionalismo, autoritarismo e racismo, além de ações e discursos contraditórios. Entendendo-se por "massas" um grupo grande de pessoas que se unem sem a consciência de um interesse comum, pessoas até então neutras ou politicamente indiferentes. Sendo uma das principais diferenças entre o fascismo e outros regimes autoritários, essa constante mobilização das massas que os apoiam, enquanto os autoritários mantêm as populações desmobilizadas e passivas (MONTEIRO, 2018).

Diante disso, entende-se que o movimento antifascista hoje no Brasil busca contribuir para o fortalecimento da democracia e da tolerância diante da diversidade, o que pode ser feito através do estudo e da veiculação de informação de qualidade, com base em pesquisa científica, na experiência dos grupos oprimidos e da ampliação da consciência política.

Ainda no século XX o marco de caráter democrático se dá no campo da saúde com o Movimento de Reforma Sanitária, um processo com o ideal de transformação institucional, o qual mudou os olhares e ampliou os conceitos de saúde no Brasil e culminou na VIII Conferência Nacional de Saúde, marcada pelo discurso de Sérgio Arouca, um dos líderes do movimento. Ele ensinou que "saúde é democracia, democracia é saúde". Esta conferência resultou em propostas que foram oficializadas na Constituição Federal de 1988 e a criação do Sistema Único de Saúde (SUS) (ROSÁRIO; BAPTISTA; MATTA, 2020). Neste momento, no campo do direito à saúde, acenderam-se as oportunidades de refletir sobre os deveres do Estado e compreender outros condicionantes relacionados à saúde.

Realizada de forma gradual, a implementação do SUS permitiu acesso integral, universal e gratuito aos serviços de saúde para atender todo cidadão brasileiro; para isso, segue seus princípios e diretrizes. Entre os princípios do SUS, a universalidade chama a atenção, pois afirma a saúde como direito, também expresso no Artigo 196 da Constituição Federal, um direito à vida e igualdade de acesso sem distinção de raça, sexo, religião, região ou qualquer outra forma de discriminação.

Portanto, a partir dessa concepção percebe-se que a ideologia fascista rompe com qualquer viés democrático, o que não vai ao encontro da prática de uma medicina mais justa e humanizada, que dará conta de atender às diferentes necessidades e problemas de saúde dos vários segmentos populacionais do Brasil, em destaque a população negra e indígena. Em suma, era preciso pensar a saúde como um direito do povo brasileiro e não como lucro para empresas médicas e da indústria da saúde.

Alinhada às propostas da Reforma Sanitária, nos últimos vinte anos houve uma crescente tendência para a realização de estudos que abordam as relações entre saúde e fatores econômicos, sociais e ambientais, contrapondo a produção científica voltada para o modelo biológico do cuidado que existia até então (SOUZA; SILVA; SILVA, 2013).

Nessa perspectiva, as discussões sobre os Determinantes Sociais em Saúde (DSS) foram o foco em diversos debates acadêmicos e políticos. Assim, a Comissão Nacional sobre os Determinantes Sociais em Saúde (CNDSS) definiu os DSS como fatores sociais, econômicos, culturais, étnicos/raciais, psicológicos e comportamentais que influenciam na ocorrência de problemas de saúde e seus fatores de risco na população.

Estudos do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 2020) referentes à demografia e as condições socioeconômicas da população evidenciam o perfil social da população brasileira como majoritariamente negro, estando fortemente impactado pelas privações sociais, de moradia, saneamento, educação, saúde, emprego e renda (SANTOS *et al.*, 2020).

Isto ocorre principalmente devido às raízes da escravidão e os processos históricos que sucederam o período pós abolição, os quais influenciam nas atitudes e comportamentos que totalizam em discriminação por preconceito involuntário, ignorância, negligência e estereotipação racista, que causa desvantagens aos segmentos vulneráveis (KALCKMANN *et al.*, 2007). Desvantagens estas que causam as desigualdades injustas e evitáveis no campo da saúde, denominadas de iniquidades em saúde.

O mesmo aconteceu com a população indígena, que teve a maior parte de sua identidade cultural e social apagada pelos modelos eurocêntricos dos colonizadores que a tratava como mão de obra escrava, catequizando-a com a sua religião, valores culturais e sociais para trabalhar em prol do rei português e da religião europeia (ALMEIDA, 2017). Processos que seguiam a lógica das conquistas e desenvolvimento da colônia, fato que resultou em choque cultural, conflitos e disputas no campo ideológico, social e econômico e culminou no genocídio dos povos originários nas diferentes regiões do país.

No Brasil, segundo o censo do IBGE de 2010, vivem mais de 890 mil indígenas distribuídos em todos os estados, correspondendo a 0,4% da população brasileira. Esses povos apresentam grande sociodiversidade e particularidades quando o assunto é saúde. A falta de informação e a insuficiência das concepções de saúde promovem fragilidades nos diferentes serviços de saúde, no entanto, são possíveis de serem construídas e organizadas com os povos indígenas e outras esferas (SOUSA, 2020).

Além dessas fragilidades nos diferentes segmentos sociais, o Programa de Combate ao Racismo Institucional (PCRI) definiu o racismo institucional como "...o fracasso das instituições e organizações em prover um serviço profissional e adequado às pessoas em virtude de sua cor, cultura, origem racial ou étnica" (CRI, 2006, p. 22). Ele é expresso por meio de normas, práticas e comportamentos discriminatórios naturalizados nos processos e procedimentos das instituições e organizações, estes derivados do preconceito velado, de estereótipos racistas, da ignorância ou falta de atenção e que colocam pessoas e grupos em situações de desvantagem nos diferentes serviços de saúde (LÓPEZ, 2012).

A prática do racismo institucional na área da saúde afeta preponderantemente as populações negra e indígena. Nesse sentido, os serviços ofertados são desiguais e levam em consideração a noção de raça tanto na esfera pública quanto no setor privado; por sua vez, reflete na falta de compreensão das doenças mais prevalentes nestes grupos populacionais e

à não inclusão de disciplinas específicas na formação acadêmica, condições que interferem na qualidade de atenção à saúde, assim como são marcadores de adoecimento e morte entre diferentes grupos populacionais (SAMPAIO, 2003).

Outro fenômeno que tange o tema é explicado por Almeida (2019), em sua obra *Racismo Estrutural*, em que provoca a reflexão sobre os conceitos de racismo como fundamento estruturador das relações sociais. De acordo com o autor, não existe racismo que não seja estrutural, pois a estruturação se dá pela formalização de um conjunto de práticas institucionais, históricas, culturais e interpessoais dentro de uma sociedade que frequentemente coloca um grupo social ou étnico em uma posição inferior em detrimento de outro (SANTOS *et al.*, 2020).

METODOLOGIA

O presente trabalho consiste na sistematização dos assuntos abordados nas *lives* promovidas pela Liga de Saúde Coletiva do IFRJ/*Campus* Realengo no período de isolamento físico imposto pela pandemia de COVID-19 em 2020. Ao todo, foram elaboradas cinco *lives* realizadas através do *Instagram*. Elas consistiram em entrevistas com convidados(as) que estudam, vivenciam e se identificam com as causas.

Como processo facilitador, antes da entrevista tanto o mediador (membro da Liga) quanto o convidado planejaram e organizaram os principais pontos acerca do tema central de cada *live*, abordando aspectos diferentes do racismo e desigualdade relacionada à raça/etnia em relação à saúde. O tempo de duração das entrevistas foi em média de 60 minutos, no qual dedicavam-se entre 40 e 45 minutos de apresentação do tema e os minutos finais para interação com o público, com informações, questionamentos, elogios e sugestões.

Trata-se, portanto, de um estudo qualitativo no qual as informações (empíricas ou teóricas) trazidas pelas entrevistadas e entrevistados foram confrontadas entre si, com a realidade identificada na mídia e com a literatura. Para isso, primeiro é apresentado um quadro comparativo contextualizando e apresentando os assuntos explorados nas cinco *lives*. Em seguida, os principais conteúdos identificados nas *lives* são confrontados com dados da realidade, obtidos através de artigos de jornais e com o referencial teórico.

Segundo Marconi e Lakatos (2019), teoria e fato não são opostos, mas sim complementares na busca pela compreensão da realidade. Essa complementaridade foi o que se pretendeu buscar nesse artigo, que, ao ser escrito, ampliou a própria experiência dos envolvidos, os estudantes da LASC.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Após as repercussões acerca do assassinato do afro-americano George Floyd nos EUA, pela polícia de Minneapolis, ao final do mês de maio de 2020, o movimento de Luta Antirracista ganhou força em todo o mundo e muitos grupos de movimentos estudantis e entidades colaborativas se solidarizaram com a causa e retomaram com as iniciativas históricas da Luta Antirracista.

Em paralelo a isto, a sociedade brasileira tem experimentado o retorno de atitudes antidemocráticas e autoritárias por parte de seus governantes, ações que colocam em risco a democracia e que também são uma porta aberta para a violação de direitos e deveres dos cidadãos.

Diante disto, a LASC, em prol da luta antirracista e a favor da democracia, promoveu cinco *lives* que abordaram os seguintes temas centrais: racismo contra a população negra e indígena; processos de governos autoritários e fascismo e a relação do racismo com a Saúde Coletiva. Ações estas que foram realizadas a partir do mês de junho, mês que a Liga dedicou à Luta Antirracista. Entretanto, vale ressaltar que por conta da importância que este tema

alcançou no debate público, a LASC postergou as *lives*, que passaram a ocorrer para além do mês de junho até o início de agosto (Quadro 1).

Em um cenário pandêmico, a luta antirracista torna-se de extrema importância, já que a COVID-19 veio expor as assimetrias no âmbito da saúde, produzidas em contextos de mazelas e desigualdades. A convidada da primeira *live*, Rebecca Vieira, afirma que “a população que mais adoece é a população negra e quando se fala de pandemia este número aumenta”. Sabe-se que as desigualdades sociais expõem os grupos mais vulneráveis a condições precárias de adoecimento e morte, sendo diferente o impacto dependendo do lugar que ocupam nos diferentes estratos sociais (SANTOS *et al.*, 2020). Vale frisar que os lugares ocupados pelos segmentos na sociedade são reflexo dos contextos nos quais estão inseridos, sejam eles históricos, políticos, sociais, de gênero e raça.

A raça, durante um tempo, foi um termo utilizado para declarar uma supremacia racial, (SANTOS *et al.*, 2020). No caso do Brasil, Rebecca diz que “a supremacia branca - inferiorização do negro - está muito explícita na sociedade”. Ela nos revela que “o Brasil é o país mais negro fora do continente africano, e o Estado do Rio de Janeiro é o segundo lugar mais negro do Brasil”. Portanto, esta luta torna-se de mais valia e destaque para a solidificação das políticas públicas, sobretudo na preservação da saúde.

Em contrapartida, o movimento de luta antifascista reacendeu devido às ameaças da atual conjuntura política que, segundo a primeira convidada da *live*, nos “desgoverna”, ameaça a cidadania e os anos de redemocratização do país. Uma vez que o conceito de fascismo tem como um de seus pilares o racismo, observa-se o acirramento destes dois movimentos hoje no Brasil, bem como, e ao mesmo tempo, os movimentos de resistência, os quais devem considerar tal conexão entre as definições de racismo e fascismo. Assim, Rebecca finaliza sua fala dizendo: “As duas lutas não se contrapõem, elas vão para um ideal de hierarquia racial de supremacia branca. A luta antifascista precisa ser necessariamente antirracista no Brasil, e ser antirracista é lutar por uma sociedade que abrange todo mundo”.

De acordo com a segunda convidada, Amanda Sarmiento, “todo o racismo existente hoje é produto da história que foi contada e do jeito que esta história foi contada”. Ao analisar a história do Brasil, percebe-se que a mesma foi escrita por intelectuais brancos vindos da Europa, os quais se inspiraram em seus países para a construção das bases teóricas e não levaram em consideração as narrativas, memórias e realidades dos povos que aqui viviam antes da chegada dos colonizadores portugueses, e nem do grupo que vivenciou as marcas de um dos piores crimes cometidos pela humanidade: o sequestro e a escravização dos povos africanos. Por conseguinte, Amanda conclui dizendo que a mesma história, a qual inferioriza o negro, foi perpetuada durante muito tempo, foi repassada nas escolas, educação, família e culminou nos processos de estruturação da sociedade.

A história da população negra é marcada pelo período da escravização, em que os europeus sequestraram milhares de africanos para servirem de mão de obra num processo de total desumanização, no qual foram objetificados e comercializados. Os povos nativos que aqui viviam também não eram considerados humanos e foram vítimas de escravização e genocídio (BORRET *et al.*, 2020). Esta abordagem vai ao encontro das discussões da terceira *live*, com a entrevistada Camila Souza. Para ela, é complicado analisar o processo de escravização dos povos africanos, os quais foram sequestrados e trazidos para o Brasil numa viagem tenebrosa. Camila afirma ser necessário muitos pontos de vista para entender o genocídio, como também é preciso voltar no tempo em que iniciou-se a exploração para entender o processo das relações. Relações estas que são totalmente abusivas. Por fim, ela fala que há uma originalidade nos pensamentos dos povos africanos que os fizeram resistir até hoje, após anos de exploração desumana e outras violências.

Quadro 1. Síntese das cinco *lives* da Luta Antirracista realizadas pela LASC de junho a agosto de 2020.

Data	Título da <i>live</i>	Nome e descrição do(a) convidado(a)	Objetivo principal	Principais apontamentos
18/06/2020	Desmistificando o antifascismo e antirracismo	Rebeca Vieira: Historiadora e mestranda em Antropologia pela UFF*, militante do Levante Popular da Juventude e do Fórum de Mulheres Negras de Niterói.	Expor e desmistificar os conceitos de antirracismo e antifascismo;	<ul style="list-style-type: none"> - Recorte histórico, social e econômico que permitiram a construção de regimes autoritários; - Conceitos relacionados ao racismo (supremacia branca e formas de preconceitos) e seus reflexos; - Importância das organizações e representatividades na luta antirracista e antifascista; - Confronto do atual governo brasileiro com antigos governos autoritários.
29/06/2020	Processo histórico do racismo no Brasil	Amanda Sarmento: Cientista Social, experiência de pesquisa com ênfase em Antropologia das Populações Afro-Brasileiras.	Abordar aspectos históricos e sociais que favoreceram a manifestação do racismo e outros impactos no Brasil.	<ul style="list-style-type: none"> - Processos históricos que influenciaram a construção da identidade brasileira; - Impactos da escravidão no Brasil; - Abordagem sobre intelectuais negros e raramente o uso dos referenciais no campo da acadêmica e outros espaços; - Questionamento da valorização da cultura europeia.

02/07/2020	Genocídio da população negra: uma visão da realidade brasileira:	Camila Souza: Filósofa, mestra em Filosofia e cursando especialização em Lógica Africana no Núcleo Geru Mãe de Africologia e Estudos Ameríndios pelo IFCS/UFRJ**.	Apresentar a construção da identidade brasileira e as consequências do pós-escravidão na saúde da população negra.	<ul style="list-style-type: none"> - Processos da escravização e as principais consequências para os grupos vulneráveis; - Desmistificação dos estereótipos da cultura e identidade da pessoa negra; - Contraste da realidade antes e durante a pandemia da população negra; - Identificação dos reflexos do racismo no sistema público de saúde e educação.
09/07/2020	O que a Saúde Coletiva tem a ver com a luta antirracista?	Ana Barbosa: Fisioterapeuta, mestra e doutoranda pela ENSP/Fiocruz***, coordenadora do Núcleo de Estudos Afro-brasileiros e Indígenas - Campus Realengo/IFRJ (NEABI/Creal), docente e colaboradora da LASC/IFRJ.	Destacar os valores e as perspectivas da saúde coletiva, além de explicar sua importância dentro da luta antirracista.	<ul style="list-style-type: none"> - Como o racismo viola os princípios doutrinários do Sistema Único de Saúde (SUS); - Como o racismo viola os direitos básicos e é produto de iniquidades, desigualdades injustas e evitáveis; - Como o racismo adoce a população negra - a partir de dados epidemiológicos.
12/08/2020	Racismo contra a população indígena: reconhecer é combater!	Tiko Arawak: Terapeuta corporal, Reikiano e membro da aldeia Maracanã do Rio de Janeiro.	Identificar o racismo contra a população indígena e os desdobramentos enfrentados por esta população ao longo dos anos.	<ul style="list-style-type: none"> - Conhecimento e valorização dos saberes e práticas do cotidiano; - A realidade da saúde da população indígena antes e durante a pandemia de COVID-19; - A importância do (re)conhecimento das próprias origens e história, além da representatividade dos povos originários.

Fonte: Elaborado pelas autoras.

*Universidade Federal Fluminense (UFF); **Instituto de Filosofia e Ciências Sociais da Universidade Federal do Rio de Janeiro (IFCS/UFRJ); ***Escola Nacional de Saúde Pública Sergio Arouca vinculada à Fundação Oswaldo Cruz (ENSP/Fiocruz).

A Saúde Coletiva é uma área que defende a saúde como um direito social, de cidadania e ligado à questão da dignidade humana, e por isso, de acordo com a quarta convidada da *live*, Ana Barbosa, “tem tudo a ver com a luta antirracista”, pois o racismo é constantemente o violador de direitos básicos e produtor de iniquidades. Um ponto importante tocado pela entrevistada foi voltado para a compreensão do racismo estrutural, o qual é uma peça fundamental para entender as características do racismo institucional a fim de visualizá-lo e combatê-lo.

Uma dessas formas de compreensão se dá no campo das vivências relatadas pela convidada, entre elas a consulta ao dermatologista, tipo de consulta que pressupõe o toque na pele. No entanto, o esperado toque é realizado através de uma caneta com apenas o levantar da roupa e tentativa de observar a região. Por vezes pode parecer “normal/natural”, mas são comportamentos e práticas que violam os direitos, visto a prática do racismo institucional de modo implícito, daí a importância da identificação e discussão sobre temas que interferem nas ofertas de saúde, e segundo a mesma, “na luta antirracista que vai emergir essa reconstrução dos processos de trabalho em saúde, essa reconstrução do novo olhar para os usuários, essa compreensão da necessidade do cuidado e do saber cuidar [...]”

À vista disto, a Política Nacional de Saúde Integral da População Negra (PNSIPN), implementada em 2009, teve como marco o reconhecimento do racismo, das desigualdades étnicas/raciais e o racismo estrutural como determinantes sociais que impactam direta ou indiretamente nas condições de saúde (FAUSTINO, 2017). Importante passo seguido a partir deste período para repensar os conceitos de saúde construídos durante o Movimento de Reforma Sanitária brasileira e implementados no final da década de 80.

Outro ponto abordado refere-se aos dados epidemiológicos, no qual segundo Ana Barbosa: “...não faltam artigos, os dados que trago estão todos disponíveis na literatura, mas o fato é que temos uma vulnerabilidade maior e uma determinação social negativa por etnia para pessoas de pele negra simplesmente pela cor da pele..”, fala que aborda a importância da coleta de dados desta população, assim identificar quem são, criar e direcionar serviços de suas necessidades e outras medidas que permitem seu acesso, por exemplo, às políticas públicas, mecanismos que vão ao encontro da subjetividade e invisibilidade desse grupo, ademais no contexto pandêmico. Questões que a pandemia escancarou e não podem ser compreendidas como resultante apenas da COVID-19, mas atreladas à estrutura da sociedade brasileira (GT RACISMO E SAÚDE/ABRASCO, 2020).

Em relação às comunidades indígenas, a noção de que vivem afastados dos grandes centros urbanos trouxe a ideia de que teoricamente estariam salvos da pandemia. No entanto, segundo dados da Articulação dos Povos Indígenas do Brasil (APIB), em agosto de 2020, o novo coronavírus infectou 23 mil indivíduos e matou cerca de 650. Na mesma ocasião, a negação da gravidade da doença pelos representantes do governo brasileiro e a falta de assistência também agravaram a realidade dos povos indígenas, seja pela omissão e descaso, que são infinitamente maiores, e a falta de ações e assistências, que não colocam apenas a saúde em risco, mas a existência como um todo de povos originários, situação que lembra outros períodos nos quais foram dizimadas milhões de pessoas (AGÊNCIA SENADO, 2020).

Em paralelo a este contexto, o último encontro traz a importância de conhecer e valorizar uma parte da História do Brasil, ou seja, a herança dos povos originários por meio de valores, saberes e culturas, que por um longo período foi ou ainda é negado, além de ter papel essencial no processo de formação da identidade brasileira, como dito pelo entrevistado Tiko: “todo mundo no Brasil tem sangue indígena: alguns deles têm sangue indígena correndo pelas veias e em outros escorre pelas mãos”, por isso, “é muita injustiça negar sua identidade...eu quero escrever outra história com meu povo”.

Somado a isso, o contexto pandêmico intensifica o risco da continuidade de herança cultural e dos saberes do cotidiano, pois a passagem do coronavírus torna os idosos as principais vítimas. Para a população originária, essa nova realidade vai além: são perdas atreladas aos acervos culturais construídos ao longo da história (NATIONAL GEOGRAPHIC, 2020). Na sociedade indígena, os anciões são considerados guardiões da sabedoria tradicional, ou popularmente chamados de “bibliotecas vivas”. De acordo com Tiko, “quando nós perdemos um antigo, nós perdemos todo o conhecimento que ele acumulou, todo o ensinamento, tudo que ele aprendeu que potencialmente poderia passar até as próximas gerações...”.

O (re)conhecimento do passado e de suas próprias trajetórias é um relevante instrumento de luta que desde o período colonial é marcado por uma série de violências, condições que estão ligadas com a formação do modelo biopsicossocial, por sua vez, fatores que refletem na saúde do sujeito - e assim o mesmo diz: “...na luta antirracista a gente não pode ter a ingenuidade e achar que basta ser contra e achar que está fazendo sua parte [...] é preciso fazer mais do que isso, [...] se posicionar e mobilizar...”, revelando a legitimidade dos seus direitos e afirmando sua existência e participação no processo de construção do Brasil.

Além desses recortes históricos, político e social, outro ponto em comum das *lives* em relação ao atual cenário pandêmico foi o relato dos convidados sobre a contradição dos fatos e formas de enfrentamento da pandemia, no qual a adesão à medidas e protocolos de segurança contra a COVID-19 não condiz com a realidade de grande parte dos segmentos vulneráveis. A invisibilidade destes grupos sociais dificulta o levantamento de dados epidemiológicos e a criação de políticas públicas para atender os mesmos. Desse modo, observam-se marcadores sociais de diferença de raça, classe e gênero que são cruciais para as formas de acesso aos serviços de saúde (GT RACISMO E SAÚDE/ABRASCO, 2020).

Devido à expansão da pandemia e a lentidão em dar assistência por parte do Estado, situação que escancarou a perversa desigualdade social e formas de acesso à saúde, houve uma maior mobilização e participação de lideranças para o enfrentamento da COVID-19. Isso ocorreu tanto em comunidade indígenas quanto na população negra, que organizaram-se dentro de suas especificidades, propagando informações e medidas de segurança por meio de cartazes e faixas a fim de retardar a transmissão, conscientizar a comunidade e fornecer suporte entre eles, além de ações solidárias como a distribuição de cestas básicas e kits de higiene (CORREIO BRAZILIENSE, 2020).

É sob esse viés, que evidenciou-se a importância das várias estratégias do SUS, seja pela distribuição de medicamentos e equipamentos, parcerias com universidades públicas e institutos de pesquisa, os testes de COVID-19 e a fiscalização da Agência Nacional de Vigilância Sanitária (ANVISA). Tais medidas foram fundamentais para superar a pandemia e reforçar o papel do SUS na sociedade devido a sua capilaridade em um país continental (UFFS, 2020). Mesmo com as falhas de comunicação entre o Ministério de Saúde e outras esferas da saúde, o subfinanciamento, o congelamento de gastos devido à EC-95, as privatizações e os ataques à estrutura do SUS, a existência de um sistema universal, qualificado e gratuito, que atende às necessidades de grande parte da população brasileira que é SUS-dependente, maioria pretos, periféricos e pobres, permitiu que muitos fossem salvos (SANTOS *et al.*, 2020).

Devido a intensificação das informações através dos ambientes virtuais, em razão do isolamento físico, as pontes de comunicação e diálogo tornaram-se mais um entrave, devido a dificuldade de acesso a equipamentos tecnológicos e a conexão das redes de internet, que também foram uma barreira para disseminar conhecimentos e outras atuações produzidas pela LASC. O fator de limitação durante a transmissão das *lives* é, de modo geral, a conexão instável, carência de afinidade com o manuseio das redes sociais e outras questões de acessibilidade.

Sendo assim, percebe-se que a pandemia de COVID-19 tem exibido as tentativas de invisibilizar os impactos do racismo no processo de adoecimento e morte da população negra.

Seja no descompromisso com a produção e análise de dados fragmentados, como na falta de estratégias para garantir o acesso aos cuidados de saúde, como na falta de políticas públicas para equacionar a vulnerabilidade da população negra à COVID-19, o Brasil reproduz a política de genocídio vigente desde o período escravocrata. (SANTOS *et al.*, 2020).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

As *lives* sobre racismo realizadas pela LASC entre o mês de junho e agosto de 2020, durante a fase de distanciamento físico causada pela pandemia de COVID-19, contribuíram não apenas para ampliar o olhar sobre essa problemática, mas principalmente para entendê-la no seu contexto atual e sua relação com a saúde de diferentes populações.

Afirmando o que Gomes *et al.* (2017) enfatiza em seu estudo sobre a população negra ser constantemente vitimizada por conta de suas condições históricas e, portanto, encontra-se nos estratos mais pobres e em crônica situação de iniquidade em relação à saúde. A população indígena também encontra-se em situação de vulnerabilidade e outras tensões, fato que compromete a originalidade da identidade brasileira, seja pelas ameaças dos seus territórios, dos seus saberes, da organização social e a questão de saúde (PNASPI, 2002). Se já sabíamos que o racismo prejudicava a saúde destes, isso ficou ainda mais evidente no contexto de pandemia.

Ademais, a pandemia veio nos revelar que, apesar do SUS ser construído através do viés democrático, de cidadania e respeito à dignidade humana, as doenças não são entes democráticos. Elas vão de encontro com todos os segmentos da sociedade, mas alguns não estarão devidamente preparados, seja pela falta de suporte, de informação e materiais adequados para garantir a sólida proteção.

É preciso reconhecer o racismo e as desigualdades para atuar sobre esses problemas. As informações baseadas em estudos científicos e na própria experiência das convidadas e convidado, que falam do lugar de pessoas negras e indígena, expostas através de *lives* disponíveis no *Instagram* da Liga e com livre acesso, foram a contribuição da LASC para reverberar este debate na sociedade, sensibilizando e desvelando o que ainda teima em se fazer oculto.

A abordagem dos temas foi de extrema relevância, tipo de espaço que permitiu o aprendizado e aperfeiçoamento dos membros desse trabalho como futuros profissionais da área da saúde, pois possibilitou a construção e ampliação do senso crítico-reflexivo, a troca de experiências entre a gestão, as orientadoras da Liga, os convidados e a interação com o público, além do desenvolvimento de outras habilidades, visto o ambiente virtual, por exemplo, afinidade com a rede social e ferramenta para disseminar informações.

Sendo assim, são espaços essenciais para a discussão e aprendizado sobre as questões do campo da saúde e fatores relacionados, visto que os assuntos colocados em pauta na discussão fazem parte dos condicionantes relacionados à saúde, principalmente quando se trata da população negra e indígena, num país originário indígena e construído pelos escravos, como é o caso do Brasil.

REFERÊNCIAS

AGÊNCIA SENADO. Senado notícias: Atingidos pela pandemia, indígenas contam seus mortos e acusam governo de omissão. 2020. Disponível em: <<https://www12.senado.leg.br/noticias/infomaterias/2020/08/atingidos-pela-pandemia-indigenas-contam-seus-mortos-e-acusam-governo-de-omissao>>. Acesso em: 15 jan. 2021.

ALMEIDA, M. R. C. de. Atuação dos indígenas na História do Brasil: revisões historiográficas. **Revista Brasileira de História**, São Paulo, v. 37, n. 75, p. 17-38, mai./ago. 2017. Disponível em:

LASC NA LUTA ANTIRRACISTA DURANTE A COVID-19...

<<https://www.scielo.br/pdf/rbh/v37n75/1806-9347-rbh-2017v37n75-02.pdf>>. Acesso em: 26 fev. 2021. DOI: <<http://dx.doi.org/10.1590/1806-93472017v37n75-02>>.

BORRET, R. H. *et al.* Reflexões para uma prática em saúde antirracista. **Revista Brasileira de Educação Médica**, Brasília, v. 44, sup.1, e0148, p. 1-7, 2020. Disponível em: <<https://www.scielo.br/pdf/rbem/v44s1/1981-5271-rbem-44-s1-e148.pdf>>. Acesso em: 05 fev. 2021. DOI: <<https://doi.org/10.1590/1981-5271v44.supl.1-20200405>>.

BRASIL, MINISTÉRIO DA SAÚDE. Fundação Nacional de Saúde. Política Nacional de Atenção à Saúde dos Povos Indígenas (PNASPI). 2ª ed. Brasília: Ministério da Saúde; 2002. Disponível em: <http://bvsms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/politica_saude_indigena.pdf>. Acessado em: 16 mar. 2021.

BRASIL, MINISTÉRIO DA SAÚDE. Secretaria de Gestão Estratégica e Participativa, Departamento de Apoio à Gestão Participativa. Política Nacional de Saúde Integral da População Negra (PNSIPN): uma política do SUS. Brasília: Ministério da Saúde; 2009.

CORREIO BRASILIENSE. Criatividade e união ajudam favelas no combate ao novo coronavírus. 2020. Disponível em: <<https://www.correiobraziliense.com.br/app/noticia/brasil/2020/03/25/interna-brasil,836570/criatividade-e-uniao-ajudam-favelas-no-combate-ao-novo-coronavirus.shtml>>. Acesso em: 06 fev. 2021.

CRI. Articulação para o Combate ao Racismo Institucional. **Identificação e abordagem do racismo institucional**. Brasília, CRI, p. 22, 2006.

FAUSTINO, D. M. A universalização dos direitos e a promoção da equidade: o caso da saúde da população negra. **Ciência & Saúde Coletiva**, Rio de Janeiro, v. 22, n. 12, p. 3831-3840, dez. 2017. Disponível em: <<https://www.scielo.br/pdf/csc/v22n12/1413-8123-csc-22-12-3831.pdf>>. Acesso em: 01 mar. 2021. DOI: 10.1590/1413-812320172212.25292017.

GOMES, I. C. *et al.* Implementação da Política Nacional de Atenção Integral à Saúde da População Negra na Bahia. **Revista Baiana de Enfermagem**, Bahia, v. 31, n. 2, p. 1-12, 2017. Disponível em: <<https://periodicos.ufba.br/index.php/enfermagem/article/view/21500/14607>>. Acesso em: 06 fev. 2021. DOI: 10.18471/rbe.v31i2.21500.

GT RACISMO E SAÚDE/ABRASCO - Grupo Temático de Racismo e Saúde da Associação Brasileira de Saúde Coletiva. Pandemia tem cor, renda e gênero. 2020. Disponível em: <<https://www.abrasco.org.br/site/gtracismoesaude/2020/11/20/pandemia-tem-cor-renda-e-genero/>>. Acesso em: 15 jan. 2021.

GT RACISMO E SAÚDE/ABRASCO - Grupo Temático de Racismo e Saúde da Associação Brasileira de Saúde Coletiva. Parceria do GT Racismo e Saúde com a UNFPA Brasil analisa impactos do racismo na pandemia – Entrevista com Luis Eduardo Batista. 2020. Disponível em: <<https://www.abrasco.org.br/site/gtracismoesaude/2020/07/21/parceria-do-gt-racismo-e-saude-com-unfpa-brasil-analisa-impactos-do-racismo-na-pandemia-entrevista-com-luis-eduardo-batista/>>. Acesso em: 14 mar. 2021.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). Os indígenas no censo demográfico 2010: primeiras considerações com base no quesito cor ou raça. Rio de Janeiro, 2012. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/indigenas/indigena_censo2010.pdf>. Acesso em: 02 mar. 2021.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). Síntese de indicadores sociais: uma análise das condições de vida da população brasileira 2020. Rio de Janeiro, 2020. Disponível em: <<https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv101760.pdf>>. Acesso em: 06 fev. 2021.

KALCKMANN, S. *et al.* Racismo institucional: um desafio para a equidade no SUS?. **Saúde e Sociedade**, São Paulo, v. 16, n. 2, p. 146-155, ago. 2007. Disponível em: <<https://www.scielo.br/pdf/sausoc/v16n2/14.pdf>>. Acesso em: 02 mar. 2021. DOI: <<https://doi.org/10.1590/S0104-12902007000200014>>.

KONDER, L. **Introdução ao fascismo**. 2ª Edição. São Paulo: Expressão Popular, 2009.

LASC NA LUTA ANTIRRACISTA DURANTE A COVID-19...

LASC/IFRJ - Liga Acadêmica de Saúde Coletiva do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio De Janeiro. **Série de post sobre coronavírus como forma de levar informações relevantes e de fácil compreensão à população**. Rio de Janeiro, RJ, 17 mar. 2020. Perfil no *Instagram*: @lasc.ifrj. Disponível em: <<https://www.instagram.com/lasc.ifrj/>>. Acesso em: 26 fev. 2021.

LIMA, R. C. G. S. *et al.* A construção do direito à saúde na Itália e no Brasil na perspectiva da bioética cotidiana. **Saúde e Sociedade**, São Paulo, v. 18, n. 1, p. 118-130, mar. 2009. Disponível em: <<https://www.scielo.br/pdf/sausoc/v18n1/12.pdf>>. Acesso em: 01 mar. 2021. DOI: <<http://dx.doi.org/10.1590/S0104-12902009000100012>>.

LOPES, F. Para além da barreira dos números: desigualdades raciais e saúde. **Cadernos de Saúde Pública**, Rio de Janeiro, v. 21, n. 5, p. 1595-1601, set./out. 2005. Disponível em: <<https://www.scielo.br/pdf/csp/v21n5/34.pdf>>. Acesso em: 01 mar. 2021. DOI: <<http://dx.doi.org/10.1590/S0102-311X2005000500034>>.

LÓPEZ, L. C. O conceito de racismo institucional: aplicações no campo da saúde. **Interface - Comunicação, Saúde e Educação**, Botucatu, v. 16, n. 40, p. 121-134, jan./mar. 2012. Disponível em: <<https://www.scielo.br/pdf/icse/v16n40/aop0412.pdf>>. Acesso em: 04 mar. 2021. DOI: <<https://doi.org/10.1590/S1414-32832012005000004>>.

MONTEIRO, G. F. Definindo o fascismo: comparando análises e interpretações. **Faces de Clio**, n.8, v.4, p. 60-80, jul./dez., 2018. Disponível em: <<https://periodicos.ufrj.br/index.php/facesdeclio/article/view/27210/18779>>. Acesso em: 04 fev. 2021. DOI: <<https://doi.org/10.34019/2359-4489.2018.v4.27210>>.

MARCONI, M. A.; LAKATOS, E. M. **Metodologia Científica** - 7ª Edição. São Paulo, Atlas, 2019.

NATIONAL GEOGRAPHIC - CORONAVÍRUS. Indígenas veem tradição e cultura se perderem à medida que coronavírus vítima os guardiões dos saberes antigos. 2020. Disponível em: <<https://www.nationalgeographicbrasil.com/cultura/2020/06/indigenas-idosos-pandemia-rio-negro-amazonia-cultura-oral-mortes-coronavirus-covid>>. Acesso em: 14 mar. 2021.

ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DE SAÚDE (OMS). **Salud y ausencia de discriminación**. Ginebra, p. 7, 2001. *Documento de la OMS para la Conferencia Mundial Contra el Racismo, la Discriminación Racial, la Xenofobia y las Formas Conexas de Intolerancia. Serie de publicaciones sobre salud y derechos humanos, n° 2*. Disponível em: <<https://www.paho.org/hq/dmdocuments/2009/Conferencia%20Mundial%20contra%20el%20racismo%20la%20discriminacion%20racial%20la%20xenofobia.pdf>>. Acesso em: 01 mar. 2021.

ROSÁRIO, C. A.; BAPTISTA, T. W. F.; MATTA, G. C. Sentidos da universalidade na VIII Conferência Nacional de Saúde: entre o conceito ampliado de saúde e a ampliação do acesso a serviços de saúde. **Saúde em Debate**, Rio de Janeiro, v. 44, n. 124, p. 17-31, jan./mar., 2020. Disponível em: <<https://www.scielo.org/pdf/sdeb/2020.v44n124/17-31/pt>>. Acesso em: 01 mar. 2021. DOI: 10.1590/0103-1104202012401.

SAMPAIO, E. O. Racismo Institucional: desenvolvimento social e políticas públicas de caráter afirmativo no Brasil. **Interações - Revista Internacional de Desenvolvimento Local**, v. 4, n. 6, p. 77-83, mar. 2003. Disponível em: <<https://www.interacoes.ucdb.br/interacoes/article/view/561/598>>. Acesso em: 01 mar. 2021.

SANTOS, M. P. A. *et al.* População negra e Covid-19: reflexões sobre racismo e saúde. **Estudos Avançados**, São Paulo, v. 34, n. 99, p. 225-244, ago. 2020. Disponível em: <<https://www.scielo.br/pdf/ea/v34n99/1806-9592-ea-34-99-225.pdf>>. Acesso em: 06 fev. 2021. DOI: 10.1590/s0103-4014.2020.3499.014.

SOUSA, M. L. T. de. Reforma Sanitária e outros olhares para a saúde indígena: relato de experiência com os Potyguara. **Saúde em Debate**, Rio de Janeiro, v. 44, n. 124, p. 275-284, mar. 2020. Disponível em: <<https://www.scielo.br/pdf/sdeb/v44n124/0103-1104-sdeb-44-124-0275.pdf>>. Acesso em: 02 mar. 2021. DOI: 10.1590/0103-1104202012420.

SOUZA, D. O.; SILVA, S. E. V.; SILVA, N. O. Determinantes Sociais da Saúde: reflexões a partir das raízes da "questão social". **Saúde e Sociedade**, São Paulo, v. 22, n. 1, p. 44-56, mar. 2013.

LASC NA LUTA ANTIRRACISTA DURANTE A COVID-19...

Disponível em: <<https://www.scielo.br/pdf/sausoc/v22n1/06.pdf>>. Acesso em: 05 fev. 2021. DOI: <<http://dx.doi.org/10.1590/S0104-12902013000100006>>.

UFFS - Universidade Federal Fronteira do Sul *Campus* Chapecó. O professor explica sobre o SUS no contexto da pandemia. 2020. Disponível em: <https://www.uffs.edu.br/campi/chapeco/noticias/professor-explica-sobre-o-sus-no-contexto-da-pandemia> Acesso: 05 fev. 2021.

